


A performatividade butleriana como epistemologia em políticas educacionais


La performatividad butleriana como epistemología en políticas educativas

Butlerian performativity as epistemology in education policies

Allan Henrique Bacelar da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0002-9018-4020>

Juliane Sachser Angnes**

 <https://orcid.org/0000-0002-4887-7042>

Resumo: As proposições deste trabalho se dão a partir das implicações teóricas de Judith Butler (2015) em torno da performatividade. Adiante, também, as inflexões da performatividade como epistemologia, sua relação com a produtividade de gênero, sexo e sexualidade, e como isso pode ser aplicado à pesquisa em políticas educacionais. Para tanto, é fundamental considerar alguns conceitos centrais da epistemologia butleriana, além dos processos identitários nas políticas educacionais, como gênero, sexo, discurso, teoria *queer* e performatividade. Dessa maneira, a performatividade é aqui entendida como uma epistemologia totalmente diferente de *performance*, ainda mais quando a leitura for feita nos moldes da obra *Problema de gênero* (Butler, 2015), que oferece contribuições conceituais valiosas para as pesquisas em políticas educacionais. A obra mencionada desafia a questionar concepções fixas de identidade, ou mesmo de identidades, ressaltando a importância da diversidade e propondo possibilidades epistêmicas mais sensíveis às diferenças abjetas, *desa-sujeitadas*. A aplicação da teoria *queer* na pesquisa em políticas educacionais atua como um recurso pós-crítico, permitindo uma análise das normas dominantes de gênero e sexualidade nas instituições educacionais. Além disso, promove estratégias de transformação e resistência, buscando uma educação igualitária aos corpos abjetos/dissidentes, pois acredita-se que essa perspectiva desafia as discriminações enfrentadas por esses corpos, passando a funcionar como uma forma de questionamento.

Palavras-chave: *Queer*. Performatividade. Epistemologia. Gênero. Políticas educacionais.

Resumen: Las proposiciones de este trabajo se basan en las implicaciones teóricas de Judith Butler (2015) en torno a la performatividad. Asimismo, las inflexiones de la performatividad como epistemología, su

* Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Paraná. E-mail: <allanhenriquebacelar@gmail.com>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora efetiva da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) vinculada ao Departamento de Secretariado Executivo e aos Programas de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional) e em Educação (Mestrado e Doutorado). E-mail: <julianeangnes@gmail.com>.

relación con la productividad de género, sexo y sexualidad, y cómo eso puede aplicarse a la investigación en políticas educativas. Para ello, es fundamental considerar algunos conceptos centrales de la epistemología butleriana, además de los procesos identitarios en las políticas educativas, como género, sexo, discurso, teoría *queer* y performatividad. De esta manera, la performatividad es aquí entendida como una epistemología completamente distinta de *performance*, aún más cuando la lectura se realiza en los moldes de la obra *El género en disputa* (Butler, 2015), y que ofrece valiosas contribuciones conceptuales para las investigaciones en políticas educativas. La obra mencionada desafía a cuestionar las concepciones fijas de identidad, o incluso de identidades, resaltando la importancia de la diversidad y proponiendo posibilidades epistémicas más sensibles a las diferencias abyectas, *desasujetas*. La aplicación de la teoría *queer* en la investigación sobre políticas educativas actúa como un recurso poscrítico, permitiendo un análisis de las normas dominantes de género y sexualidad en las instituciones educativas. Además de eso, promueve estrategias de transformación y resistencia, buscando una educación igualitaria para los cuerpos abyectos/disidentes, pues se cree que esta perspectiva desafía las discriminaciones enfrentadas por esos cuerpos, funcionando como una forma de cuestionamiento.

Palabras clave: *Queer*. Performatividad. Epistemología. Género. Políticas educativas.

Abstract: The propositions of this work are based on the theoretical implications of Judith Butler (2015) regarding performativity. Furthermore, the inflections of performativity as epistemology, its relationship with the productivity of gender, sex, and sexuality, and how this can be applied to education policy research are also explored. To do so, it is essential to consider key concepts from Butlerian epistemology, as well as identity processes within education policies, such as gender, sex, discourse, *queer* theory, and performativity. In this context, performativity is understood as an epistemology—entirely distinct from performance—especially when interpreted through the lens of the work *Gender Trouble* (Butler, 2015), which offers valuable conceptual contributions to education policy research. The aforementioned work challenges fixed notions of identity, or even identities, highlighting the importance of diversity and proposing epistemic possibilities that are more sensitive to abject, de-subjectified differences. The application of queer theory in education policy research serves as a post-critical resource, enabling an analysis of dominant norms of gender and sexuality within educational institutions. Moreover, it promotes strategies of transformation and resistance, aiming for an egalitarian education for abject/dissident bodies, as this perspective is believed to challenge the discrimination faced by these bodies, thereby functioning as a form of inquiry.

Keywords: Queer. Performativity. Epistemology. Gender. Education policies.

Introdução

Para começo dessa discussão, é importante apresentar os conceitos fundamentais que serão abordados a partir da obra da filósofa norte-americana Judith Butler, intitulada *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Butler, 2015), em que “gênero” é definido como “ato performático”, apontado como possibilidade de transformação social no trato das questões de gênero e das relações de poder na sociedade.

Para tanto, apontamos o contexto das políticas educacionais como local epistemológico, pois, em suas formulações política e teórica, reproduzem representações positivas sobre a homossexualidade, por exemplo, exercendo sobre ela um efeito regulador e disciplinador. Além disso, toda a sua concepção está baseada na oposição de sujeitos, o que necessariamente supõe o estabelecimento de contornos, limites, possibilidades e restrições (Louro, 2001b).

Por fim, apresentaremos a teoria *queer* como proposta questionadora das políticas educacionais, pois estas se configuram como instrumento e discurso ontologizante de sujeição, que se manifesta como uma cultura ideal e comum, ou seja, uma cultura particular, pertencente ao grupo cultural e socialmente dominante (Silva, 2016) e, ao mesmo tempo, heteronormativo e binário.

A teoria da performatividade butleriana

De acordo com Butler (2015), as hierarquias e as normas que regulam a sexualidade e o gênero humano naturalizam certos comportamentos e condutas. Para entendermos isso, podemos recorrer ao conceito de “performatividade de gênero”, desenvolvido por Judith Butler, que será abordado mais adiante. A crítica de Butler se volta contra a postura essencialista que associa a anatomia humana ao gênero, tratando-o como um atributo ligado ao sexo biológico, utilizado como substrato para a construção de um eu generificado, isto é, para uma identidade de gênero. É por meio desse questionamento que Butler se propõe a demonstrar que esse “[...] sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com o eixo diferencial de dominação, ou os produz presumidamente masculino” (Butler, 2015, p. 19).

Butler (2015) nos ajuda na compreensão da noção de sujeito, uma questão fundamental para a política, especialmente quando se trata do contexto feminista e das questões educacionais. Assim, os sujeitos jurídicos são, frequentemente, moldados por práticas de exclusão que não se apresentam explicitamente, uma vez que a estrutura jurídica já foi estabelecida. A construção política do sujeito está atrelada a normativas de legitimação e exclusão, e essas operações frequentemente permanecem ocultas e naturalizadas por análises políticas que se baseiam nas estruturas jurídicas.

Butler questiona a ideia de que a biologia é o fundamento último e a distinção entre sexo e gênero. Essa perspectiva sugere que, embora o sexo pareça ser naturalizado nas classificações biológicas, o gênero é, na verdade, uma construção cultural. Ela critica a noção de que o gênero é um resultado causal do sexo ou que é tão fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito é contestada pela possibilidade de interpretar o gênero de múltiplas maneiras, levando Butler a rejeitar a distinção entre sexo e gênero, que se baseia na crença equivocada de que o sexo é fixo e pré-cultural. É essa dicotomia entre natureza e cultura que Butler apresenta como problemática.

Do ponto de vista butleriano, o sexo não é um dado natural, mas sim um efeito da construção cultural de comportamentos normatizados. Assim, os domínios da representação política e linguística estabelecem os critérios pelos quais os sujeitos são formados, e essa representação se estende apenas àqueles que podem se reconhecer como sujeitos. Como Butler (2015, p. 18) afirma, “[...] as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida”. Ao referir-se a Beauvoir, a autora observa a situacionalidade do corpo e que não existe corpo que não tenha sido sempre interpretado por significados culturais; consequentemente, o sexo não pode ser visto como uma facticidade anatômica pré-discursiva, “[...] como tem sido gênero desde o começo” (Butler, 2015, p. 29).

Se gênero e sexo são construções culturais, não podemos afirmar que o gênero depende do sexo como fundamento último da identidade. Butler (2015, p. 26) argumenta que “[...] a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”. Assim, ela critica a suposição de um sexo binário, destacando que a construção de masculinidades não se aplica exclusivamente a corpos masculinos e que o termo “mulheres” não se limita apenas a corpos femininos. O processo de constituição de sujeitos, ou seja, os modos pelos quais a identidade e, em particular, a identidade de gênero, são construídos no e pelo discurso, é central para essa análise (Salih, 2012).

Para Butler, a noção de identidade, seja de gênero ou sexual, é um construto performativo. Ela argumenta que muitas teóricas feministas, de maneira equivocada, aceitaram a existência de “o sujeito” ao se referirem a “mulher” e “mulheres” de forma pouco crítica, questionando assim a validade dessa categoria. Em vez disso, Butler (2015) parte da crítica à ideia de que o sujeito seja

um viajante metafísico preexistente, propondo, em seu lugar, “[...] um sujeito em processo, que é construído no discurso pelos atos que executa” (Salih, 2012, p. 65).

Corpos e identidades, constituídos nas vivências sociais

Em *Problema de gênero* (Butler, 2015), a sexualidade, sendo uma construção cultural, não pode ser ignorada, de maneira que, para o sujeito, restará a questão de se reconhecer e realizar a construção na qual já está inserido. Comumente, os gêneros e sexos são moldados dentro da matriz heterossexual, levando a uma reflexão sobre como essas construções podem ser feitas de maneira diferente. Butler (2015) argumenta que a natureza não serve como fundamento para a identidade sexual e, por extensão, para a identidade de gênero, já que tanto o sexo quanto o gênero são construções socioculturais que resultam do esforço dos sujeitos para se adequarem às regras sociais impostas. É por esse motivo, e nesse sentido, que, para Butler, “[...] o gênero é performativo, ou seja, o gênero é constituído por modos associados à feminilidade e à masculinidade” (Cyfer, 2017, p. 252).

Adotando uma postura pós-crítica, Butler (2015) nos ajuda a compreender que, no discurso predominante, o gênero é uma construção que não está, de forma alguma, ligada ao sexo de maneira natural ou inevitável, tornando a discussão sobre sexo e gênero cada vez mais instável. Dessa maneira, na análise de Butler (2015), o sexo também é uma construção cultural, assim como o gênero. Na verdade, pode-se argumentar que o sexo sempre foi uma forma de gênero, sugerindo que a distinção entre sexo e gênero não é, de fato, uma verdadeira distinção (Butler, 2015).

Assim, o sexo deve ser visto como um efeito do poder, e não há um único agente exercendo esse poder. O poder não pode ser personificado. Portanto, devemos deixar de lado a busca pelo “fazedor” e nos concentrar no “feito”, ou seja, analisar os efeitos e não as causas de um poder que é múltiplo, indeterminado e disperso. Butler teoriza o gênero e o sexo como performativos (Salih, 2012).

A ideia de que o gênero ou o sexo seja uma “substância permanente”, como explica Butler (2015), faz parte de uma cultura heterossexual e heterossexista, que estabelece a coerência dessas categorias para perpetuar a “heterossexualidade compulsória”, na qual há uma ordem dominante sobre os indivíduos, que se veem solicitados ou forçados a serem heterossexuais. As identidades de gênero que não se conformam ao sistema da “heterossexualidade compulsória e naturalizada” mostram como as normas de gênero são socialmente instituídas e mantidas (Salih, 2012).

Temos de entender e deixar claro que, no pensamento butleriano, o cânone que fundamenta o gênero é a heteronormatividade. Assim, o desejo do “homem” pela “mulher” e vice-versa é a base última da ideia de identidade masculina e feminina. A heterossexualidade é, portanto, a fonte da identidade de gênero, pois é no desejo heterossexual que se encontra a causa primária das regras da feminilidade e da masculinidade (Cyfer, 2017).

Butler afirma que a identidade de gênero é o produto de uma sequência de atos performativos que estão sempre e inevitavelmente ocorrendo, já que é impossível alguém existir como agente social fora dos termos do gênero. Em *Problema de gênero*, Butler (2015) visa situar o gênero e o sexo no contexto dos discursos pelos quais eles são enquadrados e formados, de modo a tornar evidente seu caráter construído, em oposição à naturalização de ambas as categorias (Salih, 2012).

A preocupação de Butler (2015) é com o posicionamento de feministas como Haraway (1995), pois esta reforça a questão de o gênero ser uma construção, uma vez que “[...] é um conceito

desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta” (Haraway, 1995, p. 221), traduzido nas condições que permitiram a emergência de um novo sujeito histórico coletivo – as mulheres – e de um novo campo político e teórico – o feminismo. E mais, Haraway (1995) enfatiza o que parece ser comum às várias vertentes ou perspectivas teóricas que assumimos: a ideia de construção.

A biologia tende a ser mais resistente em comparação ao que se observa em relação ao gênero. A aceitação de uma matriz biológica, que sugere a existência de algum atributo ou impulso comum na origem da sexualidade humana, ainda persiste em algumas teorias. Quando isso acontece, trabalha-se com uma noção universal e trans-histórica da sexualidade, frequentemente remetendo ao determinismo biológico. Em contrapartida, o construcionismo social desafia essa visão. É mais adequado dizer, conforme Louro (2007), que as perspectivas construcionistas se opõem às abordagens essencialistas e deterministas, pois, como mencionado, há uma diversidade de compreensões sobre o que constitui, ou como se promove, essa construção social.

O conceito da performatividade e a compreensão dos processos identitários nas políticas educacionais

Em consonância com o pensamento foucaultiano, que sustenta a ideia de que a principal marca da modernidade é o controle político sobre o corpo, nessa condição, a conduta sexual consiste em uma questão estrategicamente relevante, já que os Estados liberais modernos transformaram o crescimento populacional e a questão da identidade em temas políticos. Essa indicação acerca da conduta sexual, construída sobre os princípios da modernidade, é apontada no pensamento de Judith Butler, quando a autora se refere ao discurso utilizado na construção de políticas educacionais. Na constituição da escola moderna, por exemplo, é possível identificar o “[...] traço típico a modernidade, a ciência, responsabilidade por estabelecer critérios para distinguir o comportamento sexual sadio do doentio” (Cyfer, 2017, p. 251).

Butler (2015) lembra que, no final da introdução de *História da sexualidade*, Foucault (1989) argumenta que o “sexo” é uma categoria fictícia, frequentemente interpretada como a origem e a causa do desejo. O corpo não é intrinsecamente “sexuado”, tornando-se assim por meio de processos culturais que utilizam a produção da sexualidade para reforçar e sustentar relações de poder específicas. No entanto, a noção de que o corpo é natural e pertence a uma ordem distinta dos processos culturais é bastante poderosa, como a obra de Foucault revela de maneira inesperada (Spargo, 2017). Isso nos leva a compreender que a sexualidade é uma invenção social, sustentada por um discurso sobre sexo que regula, normaliza e produz “verdades”.

A sexualidade é entendida, nesse contexto, como um “fato social” relacionado a condutas, sendo a origem da identidade de gênero um campo a ser investigado pela ciência. Sob esse ponto de vista, as relações de gênero são fundamentadas em categorizações que permeiam a ordem social, permitindo não apenas a análise da posição subordinada das mulheres, mas também a conexão entre sexualidade e poder.

Segundo Foucault (1987), não existe um sujeito pré-definido do qual as relações de poder emanam. O sujeito do conhecimento é constituído e produzido dentro de uma combinação de estratégias de poder. Em outras palavras, o sujeito é um produto das relações de poder, e não seu criador. Não há um sujeito essencial que esteja alienado por ideologias ou por relações de poder que obscureçam sua percepção da realidade. O sujeito do conhecimento é formado pelas relações de poder; o que chamamos de sujeito é, na verdade, um enunciado social. Assim, indivíduos podem ser rotulados como loucos, normais, gordos ou revolucionários.

Foucault (1989) descreve detalhadamente três modos de subjetivação que transformam os seres humanos em sujeitos: a objetivação do sujeito no campo do conhecimento, abordada na arqueologia; a objetivação do sujeito nas práticas de poder que dividem e classificam, discutida na genealogia; e a subjetivação de um indivíduo que reflete e age sobre si mesmo, em que a ética é enfatizada. Por meio dessas três instâncias, tornamo-nos sujeitos por meio de modos de investigação, práticas divisórias e transformações que outros exercem sobre nós, assim como aquelas que aplicamos sobre nós mesmos. O termo “sujeito” adquire dois significados fundamentais: o sujeito “assujeitado”, que é controlado e dependente, e o sujeito preso à sua própria identidade por meio da consciência ou do autoconhecimento.

De acordo com Foucault (1989), o sujeito sempre foi visto como objeto das influências externas (sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais) e, por isso, é, por definição, manipulável. Essas influências e manipulações são frequentemente vistas como a origem dos maiores problemas sociais, pois tendem a ocultar e naturalizar seu próprio caráter manipulador, arbitrário e, muitas vezes, opressor.

Dessa forma, quando Foucault descentraliza o sujeito, ele não o considera uma entidade acima de sua própria historicidade e não lhe atribui qualquer substância. Nesse contexto, ele enfrenta um problema que, até então, praticamente não era abordado nos campos da Pedagogia. O conceito moderno e pedagógico de sujeito se dissolve com as implicações foucaultianas, pois é reduzido ao sujeito iluminista. Assim, parte-se de um sujeito que sempre existiu e analisa-se como ele é moldado, realizado e efetivado dentro das práticas sociais, especialmente nas práticas pedagógicas (Varela; Alvarez-Uria, 1991 *apud* Veiga-Neto, 2014).

Diante do que já foi dito, a sexualidade é compreendida como uma construção definida pelos adultos, que não permitem que as crianças expressem, pensem ou sintam livremente. Isso determina como meninos e meninas devem lidar com a sexualidade. É crucial que as crianças sejam incentivadas a elaborar suas próprias respostas e teorias sobre questões sexuais. Nesse contexto, a escola reproduz o modelo social, inibindo os desejos das crianças e limitando-as a uma única forma de vivenciar a sexualidade. Como resultado, a sexualidade é encarada pelas crianças como algo a ser ocultado, controlado e evitado. Assim, é fundamental entender como os significados de masculinidade e feminilidade em nossa sociedade influenciam as concepções de professores e professoras e a relação que mantêm com seus alunos.

Segundo Louro (2018), nas escolas existe um trabalho pedagógico contínuo e repetitivo, destinado a inscrever nos corpos os gêneros e a sexualidade considerados “legítimos”. Assim, toda ação pedagógica é planejada nessa direção. No entanto, em vez de seguir esse caminho, devemos partir de um contexto que muitas vezes é “muito distante dos rituais escolares” (Sibilia, 2012). Portanto, esse trabalho não está isento de ações consideradas arriscadas.

Contudo, a partir dessas observações, percebemos que o processo escolar está sempre incompleto, pois requer reiteração e é permeável a instabilidades, encontros e acidentes. Isso se deve às instituições, discursos e práticas que, tanto em gênero quanto em sexualidade, refletem a inconstância do que é histórico e cultural, frequentemente escapando e deslizando. Assim, surge a necessidade de inventar práticas mais sutis para repetir o que já é conhecido e redirecionar o desviante ao “caminho correto” (Louro, 2018). Não é necessário questionar se os “sujeitos” subvertem ou não as normas, mas, sim, como são levados a fazê-lo. De qualquer forma, esses “sujeitos” tendem a escapar do destino que lhes foi imposto, desviando-se.

Consideremos a figura de um “sujeito” nômade para as pessoas *queer*, que vivem de forma arriscada suas identidades transitórias, revelando a construção de gênero. Louro (2007) cita o exemplo da *drag queen*, que, em sua “imitação” do feminino, pode ser revolucionária. Louro (2018)

utiliza essa personagem para destacar sua transitoriedade e sua satisfação com as justaposições inesperadas e misturas. Além disso, a *drag* representa mais de uma identidade, mais de um gênero, sendo intencionalmente ambígua em seus afetos e sexualidade. Ela é marcada por excessos, encarnando a proliferação e vivendo à deriva, como desviante. Nesse cenário, a escola, o currículo e os educadores encontram dificuldades para se situar na “sujeitidade”, fazendo com que suas certezas escapem e os modelos e os planos se tornem ineficazes.

Desprezar alguém por se identificar como *gay* ou lésbica é algo intolerável, embora comum e, para muitas pessoas, “compreensível”. O que é ainda mais intolerável é viver sob normas, leis e preconceitos estabelecidos, sejam eles de natureza moral ou educacional, que subjagam indivíduos apenas por terem práticas amorosas e sexuais diferentes da heterossexualidade. Portanto, mesmo que de forma genérica, podemos vislumbrar o quadro representativo da sociedade brasileira, especialmente no contexto escolar.

Todavia, são muitas e distintas as formas que assumimos para lidar com esses questionamentos; “[...] distintos são os modos de conceber o que cabe fazer diante de tal horizonte político” (Louro, 2007, p. 205). Contudo, se apurarmos nosso olhar, conseguiremos mostrar, de maneira perspicaz, as particularidades e as distinções que começam antes de uma prática, pois nem mesmo existe uma compreensão uníssona do que vem a ser a sexualidade e o gênero. No entanto, a diversidade, que, para muitos, pode ser um desastre total, poderá também ser sinal de revitalização dos debates políticos e teóricos a que nos apegamos.

Por vez, aqui assumimos propósito político, pois desejamos contribuir para a educação no intuito de vitalizar o contexto das políticas educacionais atuais. Por esse motivo, “[...] os encaminhamentos teórico-metodológicos que adotamos são plurais e, por vezes, podem estabelecer entre si pontos de fricção” (Louro, 2007, p. 205). No entanto, não é nosso objetivo responder a questões teóricas que podem gerar inquietações, nem mesmo abrandar dúvidas metodológicas que temos. Mas, antes, pensar e dialogar dentro da probabilidade conceitual que recai sobre as políticas educacionais e o estudo sobre as questões de gênero e sexualidade, pois, neste trabalho, o desejo é contribuir para o fortalecimento dos debates em torno da questão, que aqui assumimos, porém, como um problema plural.

Entretanto, as condições de existência de escolas e universidades, bem como as políticas em geral, estão passando por mudanças históricas. Observa-se um número crescente de mulheres nas salas de aula, em algumas instâncias superando a presença masculina. Além disso, a visibilidade e o reconhecimento de sujeitos homossexuais e bissexuais estão ganhando destaque na mídia, assim como a necessidade de discutir sexualidade e sexo. A expansão do debate em torno da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e o aumento das relações afetivas e sexuais fora do casamento “legal”, juntamente com a revolução nas formas e nos meios de comunicação, estão promovendo transformações educacionais como um todo.

Assim, alinhando-se aos pensamentos de Foucault e Butler, Louro (2018) nos alerta sobre a necessidade de “estranhar” o currículo escolar, como exemplo de proposta política, enfatizando que o espaço escolar deve ser um local de reflexão sobre as diversas vivências da sexualidade, bem como sobre as formas de ser e a experiência do desejo e do prazer. Tal como Butler (2015) discute na segunda parte deste trabalho, somos levados a refletir sobre a posição política binária nos discursos sobre sexo e gênero e a origem do abjeto, permitindo-nos entender a oposição heterossexualidade/homossexualidade nas reflexões pedagógicas. O processo de estranhar implicará desconfiar do currículo imposto e examinar filosoficamente o que é apresentado. Em Butler (2015), encontramos a aplicação da linguística no conceito de performatividade, que afirma que a linguagem referente aos corpos ou ao sexo não apenas descreve, mas também constrói e realiza o que nomeia, ou seja, forma os corpos e os sujeitos.

É nessa perspectiva teórica que nos apropriamos do *Queer*, ligado ao que é socialmente considerado estranho, anormal e abjeto. Embora Butler (2015) não relacione a abjeção a questões étnicas, Miskolci (2017, p. 43) exemplifica como a classificação de alguém como negro, em uma sociedade com passado escravista, é uma forma de subalternização, rebaixando essa pessoa a uma posição com menos direitos e reconhecimento. Para Judith Butler (2015), o abjeto evoca horror e repulsa, sendo visto como poluidor ou impuro, algo temido por ser contagioso e nauseante. Quando chamamos alguém de “bicha” ou “sapatão”, não estamos apenas nomeando, mas classificando essa pessoa como um objeto de nojo. A injúria transforma alguém em algo poluidor, do qual se busca distância pelo temor de contaminação. Assim, o obsceno e o abjeto, que representam o que está fora de contexto, aproximam-se, revelando que a sociedade prefere ignorar e que, ao entrar em espaços públicos, provoca náusea e repúdio. Ao refletir sobre a abjeção, podemos compreender a dinâmica coletiva que gera violência e injúria contra aqueles que desafiam as normas de sexo e gênero, encarnando a diferença e ameaçando a comodidade da mesmice que nos permite descansar no cotidiano.

Com base solidificada em Butler (2015), Louro (2001a) ressalta que, para responder a essas questões, é necessário considerar não apenas a oposição binária entre heterossexualidade e homossexualidade, mas também as estratégias, os procedimentos e os atos implicados nessa dinâmica. A teoria *queer* nos permite explorar a ambiguidade, a fluidez e a multiplicidade das identidades de gênero e sexualidade, além de abrir espaço para novas maneiras de reformular cultura, poder, conhecimento e educação, promovendo uma verdadeira reviravolta epistêmica. Ainda inaugura um deslocamento perpétuo de identidades, pois teria a capacidade de apontar “[...] abertura para processos de ressignificações capazes de se disseminarem na malha social” (Safatle, 2024, p. 178).

Considerações finais

Para desenvolver políticas educacionais, ou até mesmo um currículo *queer*, é necessário ir além da crítica à negação e à subalternização dos homossexuais. É fundamental desconstruir o processo pelo qual alguns corpos e sujeitos são normalizados, enquanto outros são abjetivados, evidenciando a heteronormatividade e a constante reiteração das leis sociais que regulam e asseguram uma identidade sexual legítima. Também é importante analisar os métodos, sejam eles discretos ou ostensivos, que buscam superar o medo e atrair identidades abjetas, com o objetivo de restaurar a estabilidade da identidade “correta”. Assim, propomos que a pedagogia *queer* utilize o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como métodos dinâmicos e férteis para refletir sobre as diversas dimensões da existência nas políticas e, por consequência, nas pesquisas educacionais. Embora estejamos longe de oferecer um modelo ideal, a teoria *queer*, fundamentada em Butler, assume um caráter intencional de ser inconclusa e incompleta.

Além disso, a perspectiva das diferenças se revela como a mais democrática, especialmente no contexto escolar, pois nos instiga a descobrir a alteridade como parte não reconhecida de nós mesmos, em vez de buscarmos uma característica ou identidade de um “sujeito” que seja radicalmente distinto. Ao falarmos de “sujeito” social, estamos nos referindo à diferença que não existe em nós, mas que existe, embora normalizada, ignorada e excluída. Assim, a construção das sexualidades discutidas por Foucault (1989) nos direciona à teoria *queer*. Para teóricos *queer*, como Butler (2015), a heteronormatividade é onipresente na cultura ocidental moderna e pode ser criticada e desafiada por meio de práticas desconstrutivas (Louro, 2001a).

Segundo Silva (2022, p. 107), o *queer* se torna uma “[...] atitude epistemológica que não se limita à identidade e ao conhecimento sexuais, mas se estende ao conhecimento e à identidade de modo geral”. Pensar o *queer*, portanto, significa questionar, problematizar e contestar todas as

formas de conhecimento e identidade bem-comportadas. Assim, o *queer*, como epistemologia, é subversivo, perverso, irreverente, impertinente, nauseante, profano e desrespeitoso, ou seja, é “escandalosamente impuro” (Butler, 2022).

Dessa forma, como apontado, é possível pensar o contexto das políticas educacionais como local epistemológico, na mobilização do conceito de currículo, por exemplo, quando inspirado na teoria *queer*, aquele que desafia os limites das epistemes dominantes. Nesse sentido, esse currículo não se restringirá a questionar o conhecimento socialmente construído, mas se aventurará a explorar um modo de imposição e o que ainda não foi construído. Assim, como afirma Silva (2022, p. 109), na “[...] teoria *queer* – essa coisa ‘estranha’ – é a diferença que pode fazer diferença no currículo”, e, conseqüentemente, quem sabe, nas políticas educacionais.

Referências

- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. **A reivindicação de Antígona: o parentesco entre a vida e a morte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CYFER, I. Feminismo, identidade e exclusão política em Judith Butler e Nancy Fraser. **Idéias**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 247-274, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/ideias.v8i1.8649783>
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 12. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaleza**. Tradução: Manuel Talens. Valencia: Ediciones Catedra, 1995.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001b. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2001000200012>
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-46982007000200008>
- LOURO, G. L. **Corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MISKOLC, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

SALIH, S. **Judith Butler e teoria *queer***. Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Recebido em: 30/07/2025

Versão corrigida recebida em: 17/10/2025

Aceito em: 18/10/2025

Publicado online em: 05/11/2025